

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.160 - MT (2019/0315086-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADO** : ALBERTO CAVALCANTE BRAGA - DF009170  
**RECORRIDO** : MARIA CRISTINA DE CARVALHO  
**ADVOGADO** : YANA CHRISTINA EUBANK GOMES CERQUEIRA - MT005495

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

*PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DEMONSTRAÇÃO. OCORRÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. FIXAÇÃO DE MULTA PECUNIÁRIA. CABIMENTO.*

*I - Não merece reparos a sentença monocrática que julgou procedente o pedido de exibição dos extratos da conta titularizada pela requerente, na medida em que restaram demonstradas a necessidade e a utilidade do provimento jurisdicional invocado, bem assim interesse de agir da autora, mormente na espécie, em que ficou comprovado nos autos o requerimento administrativo junto à apelante, anterior a formação da lide. Essa é a compreensão do colendo Superior Tribunal de Justiça, que firmou o entendimento, em sede de recurso repetitivo, quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo da documentação cuja exibição se busca judicialmente por meio da ação cautelar. (REsp nº 1349453, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 02/02/2015).*

*II - No que pertine à fixação de multa pecuniária, a sentença recorrida encontra-se em perfeita sintonia com a orientação jurisprudencial já sedimentada no âmbito de nossos tribunais, no sentido de que 'o Codex Processual, entre outras medidas coercitivas, atribuiu ao juiz a faculdade de impor multa cominatória (astreinte) em desfavor do devedor (ainda que se trate da Fazenda Pública), tendo por escopo inibir o descumprimento das obrigações de fazer ou não fazer (fungíveis ou infungíveis) ou de entregar coisa, sendo certo que a aludida pena pecuniária incide a partir da ciência do obrigado e da sua recalcitrância' (REsp 1069441 / PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 17/12/2010). (e-STJ, fl.175)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 497 e 498 do CPC/2015) e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, o descabimento da imposição de multa cominatória na ação cautelar de exibição de documentos.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação merece prosperar.

Com efeito a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de ser incabível a cominação de multa para a hipótese de descumprimento da ordem de exibição de documentos, como a tratada nos autos.

Incide, assim, a Súmula nº 372/STJ: *"Na ação de exibição de documentos, não cabe a aplicação de multa cominatória"*.

Importa destacar que esta matéria já foi objeto de julgamento no REsp 1.333.988/SP, julgado sob o rito dos recursos representativos da controvérsia:

*"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PROCESSUAL CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. ASTREINTES. DESCABIMENTO. COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA.*

*1. Para fins do art. 543-C do CPC:*

*1.1. 'Descabimento de multa cominatória na exibição, incidental ou autônoma, de documento relativo a direito disponível.'*

*1.2. 'A decisão que comina astreintes não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada.'*

*2. Caso concreto: Exclusão das astreintes.*

*3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO"* (REsp 1.333.988/SP, Rel. **Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, Segunda Seção, julgado em 9/4/2014, DJe 11/4/2014).

No mesmo sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. MULTA DIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 372/STJ.*

*1. Em sede de ação cautelar de exibição de documentos, não cabe a aplicação da multa cominatória prevista no art. 461 do CPC. Súmula 372/STJ.*

*2. Se a documentação estiver na posse de terceiros, cabível a*

# Superior Tribunal de Justiça

*busca e apreensão, inclusive mediante uso de força policial, tudo sem prejuízo da responsabilização por crime de desobediência, nos termos do artigo 362 do CPC.*

*3. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa."*

(AgRg no REsp 1.151.817/RS, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, Quarta Turma, julgado em 5/6/2012, DJe 15/6/2012)

*"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CAUTELAR. DOCUMENTO. EXIBIÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. RELAÇÃO NEGOCIAL ENTRE AS PARTES. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. DISCIPLINAMENTO PRÓPRIO. SÚMULA N. 284-STF. MULTA. SÚMULA N. 372-STJ. PARCIAL PROVIMENTO.*

*(...)*

*2. Concluindo o Tribunal local pela existência da relação negocial entre as partes e o consequente dever de exhibir os documentos requeridos pelo autor, não cabe a esta Corte Superior reexaminar a questão, como ensina a Súmula n. 7, do STJ.*

*3. 'Na ação de exibição de documentos, não cabe a aplicação de multa cominatória.' Súmula n. 372, do STJ.*

*4. Agravo regimental a que se dá parcial provimento apenas para afastar a multa imposta no caso de não apresentação dos documentos requeridos."*

(AgRg no Ag 1.077.654/PR, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, Quarta Turma, julgado em 8/11/2011, DJe 16/11/2011)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial a fim de excluir a multa imposta por descumprimento da ordem de exibição de documentos.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO  
Relator